

Lembranças do Rio – Primeiro as ruas, depois as casas... e não o contrário

Nuno Portas

Arquiteto, Professor Emérito da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), Porto, Portugal

Desde os anos 1960 procurei aprender com a política e a urbanística da América Latina em geral e do Brasil em particular. Fixando-me, nesse tempo, nos casos do Rio de Janeiro e de Brasília - o descendente e o ascendente -, ambos pondo à prova as políticas urbanas para além dos êxitos brasileiros antecedentes da arquitetura em sentido estrito.

Os percursos sucessivos que as universidades sul-americanas me proporcionaram (entre democracias e ditaduras, cá e lá) permitiram discutir o “*housing*” do “maior número” das áreas centrais às periferias, das legais às abusivas.

1. Os modelos europeus do pós-guerra estavam nos seus limites e os Estados ao Sul não podiam responder às necessidades da metade sulista do globo, populosa e pobre, i. e., socialmente dualista e em marchas massivas para as grandes aglomerações.

Tratava-se, nesse período, de encontrar soluções alternativas e realistas para o alojamento de massas de baixas rendas em meios urbanos com características de “*low cost*” ou “evolutivas”, suportadas por espaços públicos infraestruturados que deveriam “fazer cidades” para durar mais do que as casas que se construíam.

Recordo a presença no Rio de personalidades como John Turner ou Carlos Nelson que, a propósito das favelas e dos bairros sociais, avisou que “havia soluções que viravam problemas e problemas que podiam virar soluções”, visão crítica que nos conduzia nesse final dos anos 1960 a privilegiar *a priori* o desenho infraestrutural, de modo a poder servir sucessivas fases de construção e usos ao longo do tempo e às possibilidades das regiões ou cidades ou, simplesmente, a evolução dos próprios moradores: o habitat evolutivo com participação material ou a gestão dos próprios recursos. A favela de Brás de Pina, conduzida por Nelson, viria a influenciar o nosso trabalho científico em Portugal, nomeadamente os estudos realizados no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) (1969) e, após a revolução de 1974, o programa Serviço de Apoio Ambulatório Local (S.A.A.L.) [i] .

Alguns anos mais tarde, no Rio, o trabalho municipal voltou às favelas pela orientação de Luís Paulo Conde e Sérgio Magalhães com o programa exemplar (também de curta duração) Favela-Bairro e, também com intenções semelhantes, na legalização extensiva dos loteamentos periurbanos, menos espetaculares mas igualmente deficitários.

Também em Portugal, após a reposição democrática (anos 1975/1985), empreendeu-se a “reurbanização” dos bairros ditos “clandestinos”, sobretudo na área metropolitana de Lisboa: “*infra-estruturar e equipar*”, já que os conjuntos de habitações periféricas (chegando nos anos 1960 a um terço da nova construção!) eram na sua maioria aceitáveis, de média e baixa densidade, embora construídos sem licenciamento e “sem arquiteto” (em autoconstrução e por pequenos promotores/construtores). Esses loteamentos, uma boa parte desse fenômeno (na Europa só nas áreas mediterrânicas), são hoje irreconhecíveis como tal e já integrados no sistema metropolitano com participação municipal na pós-urbanização e legalização.

Estranhamente a habitação social viria a ser esquecida no último quarto de século pela União Europeia: os nativos e migrantes insolventes “desapareceram” das prioridades e os Estados mais liberais passaram o problema para o crédito hipotecário, até as “*sub-prime*” eclodirem com a recente crise. Assim as várias formas de “empowerment” (J. Friedman) e de prioridade da “re-urbanização” (N. Portas, M. Solá-Morales e J. Busquet, entre outros) foram se perdendo, lá e cá, como se o problema estivesse resolvido.

Em suma, a suspensão da participação pública no acesso à habitação urbana da classe média e jovem, confiando no sistema bancário, foi fatal quando o desemprego atingiu tais classes, sobretudo na Europa do Sul, em perda de competitividade da produção diante da globalização. Esta situação não só sul-americana tinha que enfrentar a pressão demográfica e a mobilidade da pobreza e, em consequência, a questão do acesso à casa teria que

começar pela precedência da urbanização (comunicações e equipamentos acessíveis), ou seja, que só o Estado pode dispor para as maiorias carentes.

2. Por outro lado, a reorganização extensiva destes novos territórios urbanos não poderia ser resolvida pelos chamados “projetos urbanos” que a partir dos anos 1980 brilharam numerosas cidades capitais, não só na Europa como nas Américas, e mais tarde no Oriente, mobilizando arquiteturas e economias globais, em alguns casos com resultados interessantes embora restritivos.

Assim, voltei ao Rio já na virada do século para um desses projetos urbanos (com a equipe de Oriol Bohigas), que infelizmente não sobreviveria ao afastamento político do então prefeito Luís Paulo Conde. Apesar de a área ser central, histórica e com frente de água (como a maioria dos projetos urbanos por esse mundo), destinava-se a *city-users*, escritórios, turismo e eventos internacionais em geral, não se alargando às vastas áreas do crescimento espontâneo.

O meu “ganho” foi ter podido acompanhar em paralelo vários outros “projetos urbanos”, mais *low-cost* e populares, já mencionados: estudar o Favela-Bairro e lançar o projeto “SÁs”[ii] na área central socialmente misturada.

Pela primeira vez, a “reurbanização” foi o critério dominante, antecipando os espaços públicos aos edifícios e alojamentos convencionais que, aliás, poderiam não ser projetados em simultâneo. Como sempre defendi, para se assegurar a polivalência dos programas e a variação das linguagens arquitectónicas (eruditas ou populares)

limitando-nos a propor algumas regras para os conteúdos político-sociais e operativos.

3. Estas experiências limitadas, envolvendo equipes da própria Prefeitura, procuravam superar as questões em que os arquitetos (e paisagistas) não se sentiam urbanisticamente preparados, sem treinos em trabalho conjunto com outras especialidades indispensáveis à urbanística e ao ordenamento territorial. Aliás, não eram só os arquitetos que estavam em *deficit*: eram também outras disciplinas operativas que não nos entendiam como não se entendem entre si quando se trata de malhas de infra-estruturas, de espaços de atividade e lazer, de resposta aos modos de vida das populações, em suma de (re)construções de paisagens. Daí que nos países emergentes se recorra com tanta frequência a empresas ou gabinetes internacionais (supostos pluridisciplinares) treinados em estudos e propostas complexas para as questões territoriais. E apesar dessas aparentes garantias, na maior parte dessas opções as transferências de *know-how* são mínimas ou mesmo inadequadas às situações que as equipes locais teriam de enfrentar. De fato, só as buscas conjuntas de resposta aos problemas em questão poderão encontrar soluções realistas e multiplicáveis.

E nessas práticas, de êxitos variáveis, aprendi nas passagens pelo Rio com os sucessos e insucessos que também pude aplicar em Portugal.

evolutivo com participação e gestão dos próprios recursos foram raros: casos apenas no Algarve e em Lisboa (Alto dos Moinhos).

[ii] Referência à área de intervenção na proximidade da Avenida Presidente Vargas, que incluía as Ruas Salvador de Sá, Mem de Sá e Estácio de Sá.

[i] John Turner e Carlos Nelson estiveram em Portugal nesse período de lançamento do programa, além de Juan Busquets, de Solà-Morales e de técnicos suecos de cooperativas de habitação. Lamentavelmente, os exemplos de habitat